

Ofensa gerou pedido de cassação

Desde o início do ano a Corregedoria da Câmara recebeu apenas um pedido de cassação de mandato parlamentar. O requerimento foi encaminhado pelo Presidente da Comissão do Trabalho, Wigberto Tartuce (PPB-DF) e pedia a cassação do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ). O crime de Bolsonaro foi chamar de "cara de pau e ladrão de servidor" o ministro da Administração, Luis Carlos Bresser Pereira. O assunto acabou com uma advertência ao deputado carioca.

A Corregedoria é responsável pelas investigações sobre falta de decoro parlamentar e qualquer outra falta cometida pelos deputados. Um dos casos investigados pelo Corregedor, deputado Beto Mansur

(PPB-SP) foi a criação de uma "indústria de suplentes" na Casa. Deputados de Santa Catarina, Tocantins e Goiás assumiam os cargos por um período de no máximo 48 horas, faziam a opção pelo salário de parlamentar e depois assumiam secretarias nos estados de origem, abrindo vagas para os suplentes. O caso mais grave foi o de Goiás: em apenas dez dias, quatro nomes ocuparam a mesma vaga de deputado. A Câmara continua pagando a quatro secretários de Governo de Goiás, além da deputada Nair Lobo (PMDB) que hoje ocupa a vaga no Congresso.

Nas últimas semanas a Corregedoria tem sido responsável pela

apuração das denúncias de extorsão cometida por integrantes da CPI dos Bingos. Para investigar o caso, o corregedor formou uma comissão suprapartidária, que se comprovar as irregularidades denunciadas, encaminhará um pedido de cassação dos deputados envolvidos. A Corregedoria também está investigando denúncias, ainda não formalizadas, de extorsão na CPI dos Fundos de Pensão. A última denúncia formalizada à Corregedoria pede punição ao deputado Ayres da Cunha (PFL-SP) por atos de afronta aos funcionários da Alfândega do Aeroporto de São Paulo. O pedido foi encaminhado pelo Ministério Público. (R.A.S.)